

Corporalidade e precariedade: Botero pelas lentes de Butler ou Butler pelas lentes de Botero?

Corporality and precariousness: Botero by the lenses of Butler or Butler by the lenses of Botero?

Corporalidad y precariedad: Botero por las lentes de Butler o Butler por las lentes de Botero?

“Fui apenas um artista, tentando modelar meus sentimentos numa tela. Não fui um profeta, mas um artista que tentava libertar essa raiva. Após terminar a série, a raiva desapareceu, porque eu já havia dito tudo o que precisava dizer.”

Fernando Botero, sobre a série Abu Ghraib.



Hiata Anderson Silva do Nascimento

Instituto Federal do Espírito Santo/campus Barra de São Francisco



Guaracira Gouvêa

Núcleo de Tecnologias Educacionais para a Saúde

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

O texto apresenta uma breve discussão acerca da precariedade e sua relação com a corporalidade a partir dos trabalhos de Judith Butler. Em seguida, expõe quatro obras de Fernando Botero, integrantes da série Abu Ghraib, que são analisadas em conexão com as discussões desenvolvidas por Butler no livro *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Conclui sinalizando para a necessidade de fortalecimento das relações entre a arte e a filosofia como via de potencialização da crítica e da transformação

social e como meio de revitalização de uma perspectiva ética que saliente a necessidade de cuidado e proteção a todas as vidas.

Palavras-chave: Precariedade. Butler e Botero. Tortura.

Abstract

The paper presents a brief discussion about the precariousness and its relation with the corporality from the works of Judith Butler. He then presents four works by Fernando Botero, members of the Abu Ghraib series, which are analyzed in connection with the discussions developed by Butler in the book Frames of war: when is life grievable? It concludes by pointing out the need to strengthen the relations between art and philosophy as a means of enhancing criticism and social transformation and as a means of revitalizing an ethical perspective that emphasizes the need for care and protection of all lives.

Keywords: Precariousness. Butler and Botero. Torture.

Resumen

El artículo presenta una breve discusión acerca de la precariedad y su relación con la corporalidad a partir de los trabajos de Judith Butler. En seguida expone cuatro obras de Fernando Botero, integrantes de la serie Abu Ghraib, que son analizadas en conexión con las discusiones desarrolladas por Butler en el libro Marcos de guerra: las vidas lloradas. Concluye señalando para la necesidad de fortalecimiento de las relaciones entre el arte y la filosofía como vía de potenciación de la crítica y de la transformación social y como medio de revitalización de una perspectiva ética que resalta la necesidad de cuidado y protección a todas las vidas.

Palabras clave: Precariedad. Butler y Botero. La tortura.

Introdução

Que lugar o corpo ocupa nas reflexões empreendidas por Judith Butler acerca da vulnerabilidade da vida? De que forma a arte pode contribuir para a reflexão sobre a vulnerabilidade dos corpos submetidos às situações de privação de direitos e de negação da humanidade dos seres aviltados? O trabalho aqui apresentado visa destacar de que modo a reflexão filosófica, ética e política acerca da vulnerabilidade da vida, conjugada com a arte em sua versão mais crítica, pode nos ajudar a aprofundar o campo de possibilidades de compreensão e de intervenção no espaço da vida social e individual. A análise será feita a partir da articulação de alguns elementos apresentados no livro

Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto, de Judith Butler (2015) em conexão com a série de imagens intitulada *Abu Ghraib*, de Fernando Botero. Há uma clara relação entre ambos os trabalhos, que se complementam e nos ajudam a refinar a nossa percepção acerca das condições que tornam ou não possível o reconhecimento de algumas vidas como humanas.

O trabalho de Butler tem sido reconhecido por sua potência ética e política, e por tocar em questões duras e de difícil tratamento por parte de vários setores sociais. Se por um lado, o seu nome fez-se conhecido por meio das análises realizadas no campo da teoria *queer*, da performatividade de gênero e da abjeção que perpassa os corpos generificados, cujo reconhecimento e representação são impossibilitados pela norma hegemônica, tais como as pessoas ‘trans’; por outro, observamos a expansão de seu campo de observação e reflexão, ao incorporar aos seus trabalhos outros sujeitos sociais, tais como, os palestinos mantidos sob opressão por parte do Estado de Israel, os refugiados, os imigrantes indocumentados das grandes cidades no Norte global, as populações negras que têm sido alvos recorrentes da violência do Estado, representado pela ação policial etc. A partir de sua análise, entram em cena as seguintes questões: quem conta como humano? Quais vidas são passíveis de luto? Quais vidas importam? Que mecanismos fazem com que haja o reconhecimento de algumas vidas como humanas e outras não? Butler vai se haver com essas questões, num esforço não apenas ético, mas também político, no sentido de colocar sob tensão as categorias de pensamento que nos precedem e que delimitam as fronteiras do humano, as bordas que separam a humanidade plena de uma subumanidade. Trata-se, portanto, de um pensamento com elevado potencial crítico e subversivo, ao nos desafiar a desmontar os esquemas conceituais forjados nas redes de poder/saber, que impedem a democratização radical da vida e o consequente reconhecimento de que todas as vidas são dignas de proteção e cuidado.

Os marcos de guerra e o tema da precariedade.

O que é o humano? Eis uma pergunta aparentemente óbvia e de resposta imediata. Todavia, a aparente obviedade e simplismo presentes nesse questionamento não suportam uma investigação mais acurada do tema. Isso porque o humano não se configura como um dado da natureza, uma condição a-histórica e pré-discursiva, mas antes como o resultado do jogo de forças presentes numa dada configuração histórica, política e social. Trata-se, portanto, de uma categoria móvel, instável, em constante desloca-

mento e submetida aos “regimes de verdade” de todas as épocas. A atual conjuntura, marcada pelo avanço das políticas neoliberais de (des)organização da vida, que vem tendo como corolário a produção de uma leva de corpos descartáveis, assim como a presença de um número cada vez maior de refugiados, seres humanos obrigados a realizar grandes deslocamentos em decorrência dos conflitos e guerras em seus países de origem, tem nos revelado que o conceito de humanidade é um construto permanentemente reformulado e, portanto, instável.

Em *Quadros de Guerra*, obra publicada no Brasil em 2015, Butler nos apresenta uma reflexão em torno do problema epistemológico do enquadramento que delimita as condições para o reconhecimento de uma vida como vivível. Trata-se, antes de mais nada, de mostrar que os atos de pensar, imaginar, reconhecer e validar não se configuram como naturais (no sentido de que teriam uma existência anterior ao discurso, à linguagem, à ação do poder; portanto, no sentido de que estariam fora do circuito da história e da cultura), mas como condicionados e enquadrados dentro de uma certa moldura de poder que estabelece as condições para o pensável. Portanto, questão epistemológica, que aponta para as condições de inteligibilidade dos corpos e das vidas que podem ou não ser apreendidas sob o signo da humanidade. Nesse sentido, a autora irá nos mostrar que os ‘marcos’/quadros morais são interpretações pré-fabricadas da realidade, que delimitam o que conta e o que não conta como vida humana. Nas palavras de Butler (2015, p. 20),

Trata-se, [...], de saber como essas normas operam para tornar certos sujeitos pessoas ‘reconhecíveis’ e tornar outros decididamente mais difíceis de reconhecer. [...] considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada.

Aqui a norma atua como o operador que produz o campo do cognoscível, do pensável, regulando as bordas da compreensibilidade cultural. Portanto, a norma produz e reproduz as subjetividades inteligíveis, ao mesmo tempo em que exclui e apaga aquelas formas de vida dissonantes com o ideal por ela desenhado e imposto. A aspiração à norma por parte dos sujeitos garante-lhes o acesso à inteligibilidade, ao cognoscível, ao pensável, ao reconhecível, ao representável. Daí o desejo pela norma e pelo reconhecimento que ela suscita (DEMETRI, 2018). Nesse sentido, Butler (2015, p. 117) nos desafia:

[...] pensemos o humano como um valor e uma morfologia que podem ser atribuídos e retirados, enaltecidos, personificados, degradados e negados, elevados e afirmados. A norma continua produzindo o paradoxo quase impossível de um humano que não é humano, ou do humano que apaga o humano como uma alteridade conhecida. Se existe o humano, existe o inumano, quando proclamamos como humano um determinado grupo de seres que anteriormente não eram considerados de fato humanos, admitimos que a reivindicação da ‘condição de humanidade’ é uma prerrogativa mutável. Alguns humanos consideram natural sua condição de humanidade, ao passo que outros batalham para garantir o acesso a ela. O termo ‘humano’ é constantemente duplicado, expondo a idealidade e o caráter coercitivo da norma: alguns humanos podem ser qualificados como humanos; outros, não.

Ao longo do texto, a autora faz uma importante argumentação com o fim de sustentar seu ponto de vista e, para isso, toma como referência de análise fotografias de guerras recentes. Simultaneamente, discute o lugar conferido ao Estado enquanto instituição que controla a veiculação de imagens da guerra, com o fim de impedir que outras versões sobre os conflitos sejam elaboradas e adentrem o espaço social, o que colocaria em xeque a pertinência desses confrontos, marcados por um grau inimaginável de brutalidade e violência. O quadro ou moldura (moral/normativa) restringe o campo de observação e configura o olhar das pessoas, e isso tem relação com uma série de mecanismos de poder e de produção de verdades por meio das quais as vidas seriam valoradas de modos distintos, mas de forma imperceptível por parte dos agentes sociais, que atribuiriam ao seu modo de olhar uma suposta naturalidade. Butler rompe com esse ideário ao explicitar - seguindo as trilhas de Foucault (2000) - os mecanismos de poder por trás desse movimento.

É nesse contexto que a autora introduz a concepção de precariedade, um operador ético e político de fundamental importância para a articulação de alianças políticas, sobretudo por parte dos grupos mais expostos ou sujeitos à violência e à morte. Nesse sentido, uma distinção deve ser feita com o fim de tornar mais claras as posições teóricas e conceituais da autora. Se por um lado, a condição precária é vista enquanto expressão de uma condição universal a todo ser vivo; por outro, a precariedade aparece como a condição politicamente induzida e de ausência de políticas de proteção aos grupos mais vulneráveis, que dessa forma ficariam mais expostos às situações de violência, perse-

guições e mortes. O conceito de precariedade opera como fator que aproxima Butler da questão da *vida* na filosofia e nas políticas contemporâneas (BUTLER, 2018; HAUSER, 2015). Em outros termos, por meio do conceito de precariedade, a autora busca “[...] considerar como as populações estão expostas diferencialmente a condições que colocam em perigo a possibilidade de sobreviver e prosperar” (BUTLER, 2015, p. 50).

Dessa forma, Butler propõe refundar a categoria *vida* com base numa ontologia do corpo, que leve em conta a precariedade, a vulnerabilidade e a interdependência (HAUSER, 2015). O corpo passa a ocupar um lugar de centralidade e de profunda vinculação com o tema da precariedade, posto que essa condição só pode ser vivida e experienciada na corporeidade. Butler entende o corpo em seus variados aspectos, tais como relacional, histórico/temporal, aberto, dependente, subversivo e subordinado. O corpo é problematizado como efeito discursivo, uma vez que não se pode pensá-lo fora de determinados parâmetros culturais. Isso não significa negar a sua materialidade, mas pensá-lo em seu sentido de significante histórico e de conformidade com os regimes de verdade e os fluxos de inteligibilidade que circulam pela vida social. No entanto, a despeito da condição precária e da precariedade, Butler se afasta de uma ideia de corpo como algo intrinsecamente vulnerável e passivo, posto que, seguindo uma tradição spinoziana, ela o apreende como espaço de potência e de resistência (DEMETRI, 2018; BUTLER, 2018).

Tanto a condição precária quanto a precariedade implicam que a nossa existência é sempre social e que a vida de qualquer pessoa está sempre nas mãos dos outros. Somos feitos e refeitos não apenas por nós mesmos, mas também pelo olhar e pelo reconhecimento do outro que pode, muitas vezes, deter o poder de anulação, de vida e de morte sobre as nossas existências. Estamos submetidos à ação da linguagem e dos discursos que nos situam no campo das relações e dos significados sociais. Em outras palavras, o corpo é a condição do nosso ser. Implica mortalidade e vulnerabilidade. É o princípio de nossa liberdade e de nossa capacidade de atuar, mas também é o lugar onde somos desfeitos e destruídos pelos outros. Nossos corpos são e não são nossos, dada as redes de inteligibilidade e de controle nas quais nos encontramos submetidos.

Para além da adesão, a uma determinada concepção de identidade, a precariedade e suas “distribuições diferenciais” entram em cena como operadores políticos, como dimensões de possibilidade para a construção de coalizões e alianças necessárias nas lutas políticas contemporâneas por parte dos grupos subalternizados. Isso porque a precariedade permeia e atravessa todas as categorias identitárias que se organizam em

torno da luta pelo direito de viver e de existir. Um conteúdo ético permeia essa concepção, posto que pode suscitar nossa responsabilidade frente à vulnerabilidade do outro, frente ao fato de que certas vidas não importam (BUTLER, 2015; HAUSER, 2015).

Duarte (2016) destaca o fato de que, para Butler, a luta por direitos sexuais não é uma luta do indivíduo para salvaguardar seus interesses pessoais, tal como postula o ideário liberal, mas algo mais amplo, uma vez que somos seres sociais, cuja sexualidade constitui-se num modo fundamental de ser-com, de inclinar-se para e de relacionar-se com outros, vindo daí a sua dimensão relacional e política, não limitada a nós mesmos. A nossa vivência erótico-afetiva implica sempre num modo de ser e de se relacionar com as outras pessoas, é construída socialmente e formatada a partir de uma matriz normativa rígida, permanentemente reiterada nos agires e fazeres dos sujeitos sociais e que configura as subjetividades dentro de determinados parâmetros, por meio dos quais se define o que é ou não o humano.

Na análise que faz sobre o luto, um dos modos de expropriação do sujeito, Butler, seguindo uma perspectiva heideggeriana, esboça uma fenomenologia do êxtase, uma descrição da condição *ek-stática* da existência humana, apreendida sempre como fora de si mesma e entregue aos outros. Ela faz uma interessante associação entre essa condição *ek-stática* e a comunidade, ao destacar que, diferentemente do que se pensa, o luto não é uma experiência privada, mas, pelo contrário, ele expõe a socialidade que constitui o eu (DUARTE, 2016).

[...] as práticas de luto[o repouso da shivá e a reza kadish] na tradição judaica acentuam a importância do reconhecimento comunitário e público das perdas como uma maneira de continuar afirmando a vida. A vida não pode ser afirmada enquanto estamos sozinhos - ela requer outras pessoas com quem e diante de quem podemos lamentar abertamente. Mas se apenas certas populações são consideradas dignas de lamento e outras não, lamentar-se abertamente por uma série de perdas torna-se o instrumento de negação de outra série de perdas. (BUTLER, 2017, p. 30).

Uma vez que não estamos entregues a nós mesmos, as lutas políticas não podem desconsiderar o fato de que somos dependentes uns dos outros na mais forte acepção da palavra, o que nos faz corporalmente vulneráveis. Ou seja,

Ressaltar a vulnerabilidade de cada um é, pois, repensar a comunidade de outra maneira, ressaltando que a violência de que somos capazes é sempre uma forma de violação dos laços de dependência que nos unem aos outros, enquanto corpos que estão sempre fora de si mesmos. [...]. Marcava-se assim no pensamento de Butler o reconhecimento da precariedade e da vulnerabilidade ontológicas, próprias ao caráter *ekstático* da existência em seu estar fora de si e em sua co-dependência para com os outros, donde a exigência normativa de se pensar uma ética e uma política capazes de explicitar e proteger a vida contra toda forma de agressões e violências, [...] (DUARTE, 2016, p. 9).

É com base no reconhecimento da vulnerabilidade comum e da condição *ekstática* que Butler imagina e aprofunda a sua reflexão acerca das possibilidades éticas e políticas de garantia de viabilidade para todas as vidas que compartilham a existência num mundo comum, ao qual, de forma arbitrária e contingente nos unimos ao nascer, num diálogo aberto com o pensamento de Hannah Arendt (2010), notadamente com o princípio ético, político e existencial da pluralidade.

Apropriando-se e ampliando as reflexões empreendidas por Hannah Arendt, Butler (2017) destaca que toda exigência ética e política tem suas origens na vulnerabilidade, na desapropriação das modalidades nacionais de pertencimento, na obrigação de conviver e na impossibilidade de escolher quem deve ou não habitar a terra, nesse último caso, uma declaração explícita de condenação e de oposição a todas as políticas genocidas perpetradas por vários Estados no mundo todo.

A partir das ideias de condição precária e precariedade podemos pensar nas situações nas quais corpos são expostos à tortura, uma situação extrema de negação e desmontagem do outro.

Na tortura, a vulnerabilidade do corpo à sujeição é posta à prova; a condição de interdependência é submetida a abusos. O corpo que existe em sua exposição e proximidade em relação aos outros, às forças externas, a tudo aquilo que pode subjugar-lo e dominá-lo, é vulnerável aos maus-tratos; os maus-tratos são a exploração dessa vulnerabilidade [...] como corpos, estamos expostos uns aos outros, e embora isso possa ser a condição de nosso desejo, também cria a possibilidade da subjugação e da crueldade. Isso é consequência do fato de os corpos estarem estreitamente relacionados uns com os outros através de necessidades

materiais, do tato, da linguagem, de um conjunto de relações sem as quais não podemos sobreviver (BUTLER, 2015, p. 95-96).

É nesse contexto que agora propomos discutir algumas imagens da série Abu Ghraib, de Fernando Botero, à luz de algumas colocações apresentadas por Butler na obra *Quadros de guerra* (2015).

Diante de um dilema: Botero sob as lentes de Butler ou Butler sob as lentes de Botero?

No final de abril de 2004, veio ao conhecimento público uma série de fotografias de prisioneiros iraquianos detidos em Abu Ghraib, no Iraque, sendo torturados por soldados estadunidenses. Nas fotos é possível ver os prisioneiros sendo expostos a toda sorte de humilhações e degradações, sob os sorrisos maliciosos de seus captores que, a essa altura, não demonstravam nenhum sentimento de empatia ou de reconhecimento da humanidade daqueles presos. Ao mesmo tempo, memes viralizaram pela internet, nos quais piadas eram feitas com aquelas cenas abjetas e de total desprezo pela figura humana, reduzida, no mínimo, a objeto de piada e escárnio por parte de amplos segmentos sociais, que procuravam minimizar o sentido do que havia ocorrido e que fora registrado pelas câmeras fotográficas.

No entanto, Fernando Botero, artista colombiano, não ficou indiferente ao ocorrido. Movido por um intenso sentimento de indignação diante desse incidente, Botero pintou uma série de mais de 50 imagens (entre pinturas e desenhos) inspiradas nas fotografias que haviam circulado por todo o mundo. O artista relata que começou a ler com avidez tudo sobre aquele incidente, tomado por um profundo sentimento de indignação: “[...] senti um choque total por esta conduta dos americanos, especialmente porque os Estados Unidos são o modelo da compaixão [...] os fatos ocorridos nas celas iraquianas foram graves, muito graves e mais ainda porque ignoram totalmente as exigências para prisioneiros de guerra impostas pela Convenção de Genebra”, diz Botero.¹ E mais: o horror do que havia acontecido “clamava por ser retratado. [...] Há coisas que não se pode deixar passar porque são terríveis demais. Um pintor que pode dizer algo, tem que dizer”, afirma o artista.² Nesse sentido, a série Abu Ghraib expressa, através das imagens, o horror que não poderia ser descrito ou capturado pelas palavras. Ela

faz parte de todas as produções artísticas que se esforçam para acessar as experiências humanas que se situam no terreno do indizível.

A obra *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* - traz esse incidente para o centro das reflexões da pensadora estadunidense, que, a certa altura, nos diz:

[...] as motivações para os ensaios então reunidos surgiram das guerras promovidas pela administração Bush, mas estou certa de que as reflexões aqui contidas não se limitam às veleidades desse regime. A crítica da guerra emerge da ocorrência da guerra, mas seu objetivo é repensar o complexo e frágil caráter dos vínculos sociais e considerar quais condições podem tornar a violência menos possível, as vidas mais equitativamente passíveis de luto e, conseqüentemente, mais vivíveis (BUTLER, 2015, p. 11).

Butler (2011, p. 28), analisando o que nos vincula eticamente ao outro, ressalta a relação entre representação e desumanização. A representação coloca-se como o espaço no qual a humanização e a desumanização do outro operam o tempo todo. Imagens veiculadas muitas vezes pela mídia produzem um efeito de esvaziamento do humano, delimitando as fronteiras entre aquilo que será e o que não será categorizado como uma pessoa, “o que será uma vida habitável, o que será uma morte passível de ser lamentada.” A reflexão empreendida por Butler sinaliza-nos uma série de questões éticas e a presença de seu contraponto violento no processo de construção política do que pode ou não ser considerado uma ‘vida vivível’.

Butler (2015, p. 137-138) levanta a questão - certamente de fundamental relevância em tempos nos quais a potência da imagem se exacerba - sobre a “relação entre a câmera e a capacidade de resposta ética.” Tendo como horizonte de sua reflexão a tortura e a ética, ela discute como a circulação na internet das imagens de verdadeiros suplícios ocorridos em Abu Ghraib não teria provocado grandes questionamentos éticos ou desconfortos morais entre aqueles/as que viram e compartilharam tais imagens.

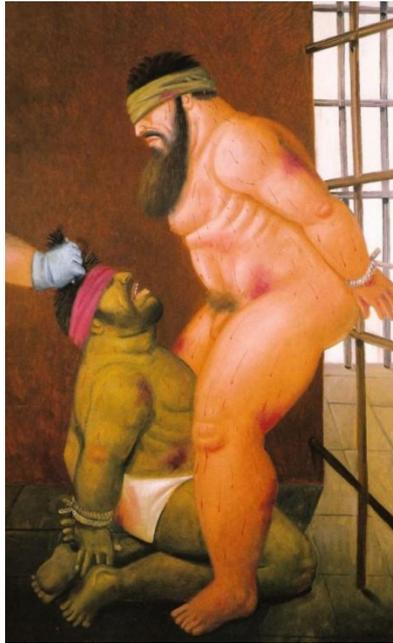
Butler (2015) salienta a natureza – em si mesma - não intencional da imagem/fotografia, ao dizer que ela não nos liberta e nem nos tortura, mas que pode ser usada de forma instrumental em direções bastante distintas. Nesse caso, o peso recai sobre o tipo de enquadramento discursivo no qual a imagem é posicionada. A representação do outro, emoldurada a partir de certos discursos e práticas sociais impregna, sobremaneira,

o processo de apreensão da humanidade ou da desumanidade daquele que é apontado como diverso, distinto, diferente, estrangeiro e ameaçador.

Por que as imagens daqueles presos sob tortura não foram capazes de mobilizar uma resposta ética de nossa parte? Por que não foram capazes de acionar sentimentos de repúdio pelo que era exibido? Por que muitas vezes se justifica como válido e legítimo o recurso à tortura, cuja existência deveria ser fonte de vergonha e indignação por parte da sociedade? Onde a questão da alteridade e da empatia se insere nesse debate? Que tipo de representação discursiva sustenta as justificativas dadas ao uso da tortura, considerada um dos mais graves crimes contra a humanidade? Essas são questões de grande relevância para o nosso tempo, um tempo marcado por investidas neoliberais e discursos populistas de extrema direita, calcados sobre o pressuposto do “fazer morrer (alguns) e do deixar morrer (tantos outros)”, ideias que advêm do não reconhecimento da humanidade de muitos e da defesa da descartabilidade de outros tantos.

Das imagens criadas por Botero, separamos quatro para efeito de discussão. Trata-se de uma escolha arbitrária, uma vez que todas as obras propostas pelo artista colombiano apresentam alto nível de relevância e de perturbação ética, estética e política, todas igualmente capazes de suscitar nas pessoas reações as mais diversas, desde a total incompreensão até a repulsa pelo ocorrido no interior da prisão iraquiana, mas que, certamente, se repete diariamente em prisões no mundo inteiro. As imagens das obras aqui expostas foram capturadas na internet, via site de busca Google, todas de acesso livre.

Figura 1 - Fernando Botero. Abu Ghraib 51, 2005, 73 1/4 x 46 1/8 in. Óleo sobre tela.



Disponível em: <https://archiwum-obieg.u-jazdowski.pl/artmix/27815>. Acesso em: 11 jan. 2019.

Figura 2 - Fernando Botero. Abu Ghraib 46, 2005, 57 1/2 x 69 5/8 in. Óleo sobre tela.



Disponível em: <https://webapps.cspace.berkeley.edu/bampfa/search/search/>. Acesso em: 11 jan. 2019.

De que modo um observador comum recebe essas imagens? Que reações elas suscitam? Botero deixa claras as suas intenções e os fatores que o levaram a produzi-las. Numa espécie de efeito catártico, o artista expõe de forma crua e sem rodeios a violência inimaginável da tortura e a necessidade de uma ampla reprovação ética de nossa parte a esse tipo de expediente ainda em uso em diversos lugares do mundo. As imagens

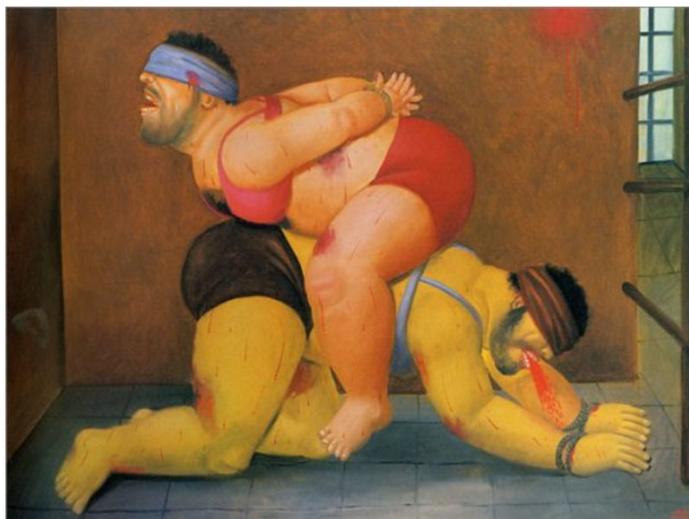
geram desconforto ao nos mostrar que no contexto da civilização - aqui entendida sob a perspectiva de Elias (1994) - verificamos a presença constante da barbárie. De forma escancarada as imagens nos dão conta de que no âmago da civilização encontra-se a violência em sua expressão mais dura e brutal, violência que nos acompanha a cada instante e que se revela, sobretudo, através da ação do Estado. Nesse caso, é evidente o fato de que a imagem se coloca para além do estético *stritu senso*. Ela se impõe como instrumento de conhecimento e de denúncia. Ela se firma e se afirma como um recurso ético e político.

Nas obras sobressaem as formas humanas que seguem o padrão que consagrou os trabalhos de Botero, de figuras rechonchudas e corpulentas. Prevaecem as cores fortes e marcantes, como o vermelho, o marrom e o amarelo alaranjado. Todas as imagens deixam claro o local no qual as torturas ocorreram - numa prisão, o que pode ser facilmente percebido pela presença de grades em todas as representações expostas. A ideia de encarceramento surge como tônica, como consagração da privação da liberdade, do não controle de si e de seus movimentos. Como descrição de seres não humanos, mas como meros seres viventes, como vidas entregues ao arbítrio e à vontade de terceiros, ali colocados como senhores da vida e da morte dos detidos. Há uma espécie de reencenação do *devoir-negro*, ou seja, uma atualização e expansão da condição negra para diversos outros segmentos sociais, cujas vidas passam a ser de nenhum valor para o sistema e a norma dominantes. Tal como ocorria com os negros escravizados, trazidos à força para as colônias, no caso desses prisioneiros observamos uma tripla perda: perda de seu lar, perda de seus direitos sobre seus corpos e perda de seus direitos políticos. A essas perdas – que juntas configuram um cenário de desumanização - soma-se a ameaça ininterrupta da violação, a experiência da desproteção em seus aspectos mais angustiantes e como corolário de uma situação na qual os limites entre o viver e o morrer ficam borrados (MBEMBE, 2018a; 2018b).

Na Figura 1, podemos observar marcas vermelhas nos corpos dos prisioneiros sob tortura, representações de hematomas provocados pelas seguidas sessões de aviltamento e degradação. O mesmo aparece nas demais imagens apresentadas, revelando-nos a presença de machucados resultantes de agressões desmedidas impostas a esses corpos, cuja capacidade de resistência à dor é levada às últimas consequências. À exceção da Figura 3, nas demais imagens constatamos a presença de corpos nus ou seminus, o que nos remete a um dos expedientes presentes nos processos de mortificação do eu, descritos por Goffman (2018), ao tratar do tema das instituições totais, espaços

nos quais o domínio sobre a vida dos internos é pleno e absoluto, como no caso das prisões. A retirada das roupas ou a exposição de corpos nus aparece como uma das mais recorrentes formas de humilhação imposta aos detidos, sendo a roupa a última representação da civilização e da posse de algo que nos singulariza, que nos marca enquanto indivíduos, ou seja, enquanto seres únicos. Nessas condições, a singularidade é desmontada. Ela desaparece, ficando o anonimato imposto por uma nudez indiferenciada. Ainda com base na Figura 1, chama-nos a atenção no canto esquerdo uma mão vestida numa luva azul e puxando com violência os cabelos do preso subjugado e numa posição de humilhação que, ao que nos parece, estaria sendo obrigado à execução de sexo oral, o que não é de estranhar, posto que os abusos sexuais configuram-se como um dos procedimentos mais frequentes nos ambientes nos quais a tortura prevalece. Dentre as diversas utilidades de uma luva, podemos destacar a de proteção e higiene. No caso em questão, podemos acionar todo um ideário de limpeza e sujeira mobilizado pelo confronto com esse detido, um estrangeiro, um ser abjeto, um refugo a ser eliminado, um ser contaminado e contaminador (DOUGLAS, 2010). A luva, enquanto peça ritual, incorpora os apetrechos por meio dos quais demarcam-se os limites/fronteiras entre a sujeira e a limpeza, ao servir como elemento de proteção do contato físico direto com os detentos, supostamente não humanos e com elevado poder de contaminação, segundo o imaginário de seus captores.

Figura 3 – Fernando Botero. Abu Ghraib 50, 2005, óleo sobre tela.



Disponível em: <https://archiwum-obieg.u-jazdowski.pl/artmix/27815>. Acesso em: 11 jan. 2019.

Figura 4 – Fernando Botero. Abu Ghraib 55, 2005, 15 x 13 3/8 in. óleo sobre tela.



Disponível em: <https://archiwum-obieg.u-jazdowski.pl/artmix/27815>. Acesso em: 11 jan. 2019.

Nas Figuras 2 e 3, observamos dois prisioneiros vomitando como decorrência das recorrentes torturas e humilhações. Vômito e sangue. Secreções misturadas, indiscerníveis. Rompimento com a lógica que separa natureza e cultura. Caos e confusão. Alguns encontram-se atados pelos pés. Outros pelas mãos e pés, sendo que na Figura 2, observa-se os detidos dispostos num amontoado, numa mistura promíscua e humilhante. Em todas as imagens encontram-se homens com barbas, um signo marcante da cultura árabe e da tradição muçumana, uma referência a uma determinada comunidade que após os atentados do 11 de setembro de 2001, passou a ser a representação do mal, descrita como um agrupamento constituído pela figura notável do terrorista islâmico, aquele cuja presença implica numa ameaça aos valores do mundo ocidental; portanto, alguém que precisa ser combatido, o que vem ocorrendo através de uma forma estereotipada de representar esse outro, na qual foram alocadas sem distinção todas as pessoas de origem árabe ou procedentes do Oriente Médio, à exceção dos israelenses – resultando numa série de medidas de discriminação e de restrição ao acesso aos Estados Unidos, e isso já no governo Bush, o que, posteriormente veio a se agravar ao longo da gestão Trump.

Aliás, é digno de nota retomarmos parte da reflexão que vem sendo feita não apenas por Butler, mas também por outros pensadores e outras pensadoras que têm debatido acerca do estatuto do humano. Sob certos aspectos, a presença de prisioneiros de origem árabe, persa ou de religião muçulmana torturados e, cujas fotos de aviltamento

se espalharam pelo mundo, não pode ser considerada mera coincidência. Trata-se de populações, historicamente, construídas como menos humanas, num processo de longa duração que coincide com os diversos momentos que marcaram o colonialismo e o neo-colonialismo. Começando pelos povos negros e indígenas, por ocasião da colonização das Américas e da formação da modernidade, uma nova inteligibilidade veio à tona, reconfigurando não apenas o campo do humano, mas também as condições de validação do conhecimento. Nesse sentido, a dicotomia humano/não humano – sustentada num ideário racista – entrou em cena como elemento estratégico na construção desse outro como não pertencente à humanidade, possibilitando, assim, a exploração de seu trabalho até os limites máximos de sua capacidade de resistência física (MEMMI, 2007; CÉSAIRE, 2010; QUIJANO, 2017).

Se por um lado esses prisioneiros são mantidos detidos num regime de exceção, dado o fato de não existir uma acusação formal e em conformidade com os mecanismos jurídicos dos Estados ditos democráticos, por outro, a ausência desses requisitos legais pautados na lógica do respeito ao direito de defesa, já sinaliza para um expediente de desumanização dessas vidas mantidas fora da proteção de regras e normas jurídicas, mesmo em tempos de guerra. E, uma vez fora da cobertura e da proteção de tratados e convenções internacionais, suas vidas são convertidas em existências espectrais, meio vivas e meio mortas, como figuras fantasmagóricas para as quais viver e morrer tornam-se experiências infernais de inserção no mundo (BUTLER, 2007).

E é exatamente por localizarem-se nessa zona límbica da existência que suas vidas se encontram expostas aos abusos e às mais variadas formas de tortura – uma tortura que se revela por um “cardápio” de maldades e degradações que têm como objetivo, justamente aviltar o pouco de humanidade que ainda lhes resta. Se pode afirmar tratar-se da tortura como um recurso biopolítico, também é possível pensarmos um pouco mais adiante, na tortura como um mecanismo necropolítico, ou seja, como uma forma de gestão das vidas e, sobretudo, das mortes de populações sobre as quais é impresso o selo da descartabilidade e da superfluidade (MBEMBE, 2018a).

Nesses termos, a prisão pode ser pensada como esse espaço no qual a violência, tal como na colônia, se expressa em suas dimensões mais brutais e inimagináveis, precariamente distante dos olhares e das atenções do mundo, dando as condições para o desencadeamento de um processo que, diga-se de passagem, usa a violação de tabus religiosos do islamismo como forma de aguçar e exacerbar ainda mais a desumanização desses prisioneiros. Butler (2015, p. 188-189) nos diz que: “[...] Se os torturados são

sujeitos de algum tipo, eles estão fora da trajetória da civilização que define o humano, o que confere aos defensores da civilização o ‘direito’ de excluí-los mais violentamente.” Ou ainda mais, há por trás do que nos é representado nas imagens construídas por Botero a partir de fotos que viajaram pelo mundo, a atualização da dicotomia humano/não humano que sustenta a colonialidade e a gestão biopolítica e necropolítica do Estado.

Nesse sentido, torna-se necessário refletirmos acerca da imagem ou do lugar da imagem na produção e na veiculação de sentidos. A imagem expressa profundas necessidades de simbolização e de expressão do humano. É provavelmente uma das mais importantes demonstrações da nossa humanidade, advindo de necessidades existenciais, pessoais, sociais e culturais (GOLIOT-LETÉ *et al.*, 2011). Observar a forma como Botero constrói a sua crítica, pela via imagética, revela-nos mais do que a expressão de uma indignação ou de uma revolta ética. Para além disso, as imagens produzidas pelo artista colombiano abrem espaço para pensarmos por quais razões o que é representado aconteceu: como aquilo foi possível? Quem são os torturados? Quais imagens sobre esses torturados vêm sendo difundidas pelos aparatos de comunicação e de educação das nossas sociedades? A imagem, em sua especificidade, não é o ocorrido cujos instantes que o constituíram ficaram aprisionados em algum lugar do passado ou das nossas memórias, mas, enquanto recurso pedagógico, ético, político e epistemológico (na medida em que nos permite conhecer), propõe-se a representar, a comunicar e a eternizar a nossa própria humanidade naquilo que ela possui de mais nobre e de mais problemático. As torturas retratadas na série Abu Ghraib ficaram no passado. Todavia, continuam a reverberar no presente e nas múltiplas situações de degradação humana em curso.

Provavelmente, uma das questões que devem aguçar nossos olhares é nos perguntarmos de que forma a imagem nos mobiliza, ou, dito de outro modo, como a série de imagens produzidas por Botero nos aciona ética e politicamente, bem como nos indagamos sobre para quem tudo aquilo foi por ele produzido. Enquanto elemento de mediação, a imagem cria pontes entre os seus produtores e os seus receptores, fomentando condições para o aparecimento de novas formas de conhecimento, de interpretação e de mobilização ética e política. Se há um enquadramento daquelas vidas prisioneiras como não humanas, tal enquadre não se fecha em si mesmo, pois nunca está plenamente constituído, na medida em que nos encontramos num terreno permeado pela possibilidade constante de novas interpretações e de subversão dos sentidos do veiculado. Nesse sentido, ética, estética e epistemologia encontram-se juntas, na configuração de um

dados quadro social e mental que pode nos ajudar a questionar e subverter as condições concretas da existência.

Se a série elaborada por Botero coloca-nos diante do drama da violência, da tortura e da desumanização, Butler nos dirá:

Entendo a natureza coercitiva desses atos de humilhação e tortura muito mais como algo que torna explícita a coerção que já está em curso na missão civilizatória e, mais particularmente, na instituição forçada de uma ordem cultural que retrata o Islã como uma ruína abjeta, atrasada e, por conseguinte, algo que deve ser subordinado à – ou excluído da – cultura do humano como tal. [...]. Se o Islã é representado como algo violento por definição, mas carregado de regras inibitórias, então, na medida em que é violento, necessita de novas normas disciplinares; e, na medida em que está limitado por regras, necessita de uma emancipação que só a modernidade pode trazer (BUTLER, 2015, p. 189-190, grifo nosso).

Está, portanto, em operação uma espécie de atualização do imaginário colonial, reproduzindo ainda mais a dicotomia humano/não humano, e que foi retratado por Botero em sua série Abu Ghraib.

A Figura 4 chama a atenção de modo especial. Trata-se de dois homens, um, ao que parece, cavalcando ou posto para cavalgar sobre um outro, que traz um bastão inserido em seu ânus ensanguentado em decorrência da violência sofrida, no caso, um estupro. Em todas as cenas é possível verificarmos uma obscenidade que permeia as sessões de tortura, todas elas carregando um forte conteúdo ou incitação à realização de atos considerados homossexuais. Nesse sentido, cabe-nos destacar algumas ponderações feitas por Butler (2015) ao tratar desse aspecto presente nas imagens veiculadas: a autora destaca que os homens mulçumanos eram obrigados a realizar atos homossexuais e a se masturbarem, e que os torturadores sabiam que isso causaria no torturado muita vergonha e constrangimento. Para acentuarem ainda mais o grau de violência presente na tortura, fotografaram tais atos, ameaçando levar tais imagens ao conhecimento público, de forma a tornar aquela situação mais humilhante e aterrorizante para os detidos.

Por outro lado, parece que os soldados americanos exploram a proibição islâmica em relação à nudez, à homossexualidade e à masturbação com o intuito de destruir o tecido cultural que mantém intacta a integridade dessas pessoas. (BUTLER, 2015, p. 134-135)

Butler também ressalta a própria homofobia dos soldados americanos, que uma vez dominados pela aversão aos homossexuais, utilizam uma caricatura do que seria a vivência homossexual como uma via para ampliar a degradação moral e física dos prisioneiros. Nesse aspecto, seria interessante lermos a citação abaixo transcrita, tendo as quatro imagens escolhidas como eixo de observação:

O fato de os guardas das prisões americanas persistirem nessa fantasia, coagindo seus prisioneiros a atos de sodomia, sugere que a homossexualidade é equiparada à destruição da pessoa, mesmo que fique claro nesses casos que é a tortura a responsável por essa destruição. Paradoxalmente, essa pode ser uma situação em que o tabu islâmico contra os atos homossexuais atue em perfeito acordo com a homofobia existente entre os militares americanos. A cena da tortura que inclui atos homossexuais sob coerção, e busca destruir a condição de pessoa por meio dessa coerção, presume que a homossexualidade representa para ambos, torturador e torturado, a destruição do próprio ser. **Obrigar a cometer atos homossexuais teria, assim, o significado de impor violentamente essa destruição** (BUTLER, 2015, p, 135-136, grifo nosso).

Nesse ponto, a tortura se instala pela imposição de realização de atos sexuais contrários à religiosidade islâmica, numa violação não apenas física, mas subjetiva e simbólica dos prisioneiros, resultando na destruição da pessoa humana. Ademais, há que se observar que na Figura 3, os torturados aparecem trajando *soutiens*, peças que na matriz cultural vigente pertencem ao vestuário feminino, sinalizando para a forma como o uso do gênero é instrumentalizado no contexto das práticas de tortura como dispositivo de sofrimento e humilhação. Enquanto linguagem de poder que organiza e estrutura o mundo e suas práticas sociais, o gênero é inserido no contexto das torturas perpetradas em Abu Ghraib e representadas nas imagens de Botero. Percebe-se a instrumentalização do feminino como dimensão inferior das hierarquias de gênero. O torturador aparece como agente ativo, aquele que se coloca na posição de cima ou

por cima, ao passo que o torturado, alocado na posição do feminino, carrega consigo a inferioridade que historicamente têm sido atribuídas às pessoas que se reconhecem como pertencentes a esse gênero. Portanto, as sessões de tortura capturadas pela câmera fotográfica e que foram tão bem representadas por Botero, não podem ser pensadas dissociadas de uma dimensão de gênero ou que desconsidere seus elementos generificados, sem os quais, não podemos apreender as dimensões desses atos. Gênero, violência e abuso de aspectos da religiosidade islâmica fundem-se numa combinação macabra, cujo objetivo é posicionar os prisioneiros em lugares de inferioridade e extrema abjeção, produzindo, para além do massacre de seus corpos, o ultraje de seus sistemas de sustentação simbólica e existencial.

Conclusão

A partir da discussão apresentada consideramos importante repensarmos as relações entre a arte, a filosofia e política como via de potencialização da crítica social, bem como de possibilidade para as transformações ou mudanças que se fazem necessárias à construção de formas mais democráticas de vida. A obra de Butler traz uma expressiva carga ético-política ao apresentar os grandes desafios postos às sociedades contemporâneas, nas quais, o avanço do neoliberalismo e a produção constante de precariedades juntam-se ao uso frequente da tortura em diversas partes do planeta e à consolidação de verdadeiras máquinas de guerra nos Estados, cujos alvos passam a ser as suas próprias populações civis.

Num mundo marcado pela difusão das imagens, estudar as representações imagéticas constitui-se num amplo campo de possibilidades analíticas e de proposição política. Ao longo do tempo, a arte se consolidou não somente em seus aspectos estéticos (em sentido vulgar de compromisso com o belo), como também em suas dimensões ético-políticas e epistemológicas, ao permitir a invenção de mundo imaginados e ainda não existentes. Certamente, a série Abu Ghraib apresenta-se como mais uma expressão artística comprometida com a vida, com a denúncia, mas, de forma especial, com um certo modo de conceber a epistemologia, não mais aquela pautada em preceitos da racionalidade instrumental, mas aquela permeada pela razão comunicativa nos moldes habermasianos (ROUANET, 1998) e pela abertura a outras eticidades forjadas fora do aparato conceitual e epistemológico ocidental. Ao mobilizar afetos, desafetos, amores,

sensibilidades, emoções, instintos e desejos, a arte veicula sentidos sociais e produz conhecimento.

Enquanto expressão artística, a série Abu Ghraib faz história e se coloca como uma experiência estética sempre atual e capaz de evocar a reflexão sobre um dos capítulos mais sombrios da trajetória humana que, infelizmente, teima em se repetir todos os dias em diversos lugares do mundo: a tortura. O tom de denúncia presente nos trabalhos de Botero deve servir de alerta para que formas alternativas de resistência e oposição à brutalidade sejam inventadas, como meio de manter viva a chama da crença na capacidade humana de definir os rumos de sua vida e de sua história, sob pena de vermos instalado o pior de todos os mundos. Assim, arte, filosofia, política e epistemologia se conjugam de forma bastante enriquecedora, permitindo-nos imaginar possibilidades outras de pensar e repensar as condições de vivência e convivência, abrindo espaço para que as relações humanas sejam mais éticas e pautadas pelo respeito à dignidade de todas as pessoas.

Notas

1 Cf: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,botero-retrata-em-50-quadros-as-torturas-de-abu-ghraib,20050410p5573> . Acesso em: 11 de janeiro de 2019.

2 Cf: <https://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2005/04/11/ult32u10956.jhtm>. Acesso em: 11 de janeiro de 2019.

Referências

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BUTLER, Judith. O limbo de Guantânamo. *Novos estudos Cebrap*, São Paulo, n. 77, p. 223-231, março, 2007.

BUTLER, Judith. Vida precária. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, n. 1, p. 13-33, 2011.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. *Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo*. S. Paulo: Boitempo, 2017.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 2010.

DEMETRI, Felipe. *Judith Butler: filósofa da vulnerabilidade*. Salvador/BA: Editora Devires, 2018.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

DUARTE, André. *Judith Butler e Hannah Arendt em diálogo: repensar a ética e a política*. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/318296104_Judith_Butler_e_Hannah_Arendt_em_dialogo_repensar_a_etica_e_a_politica, 2016. Acesso em: 15 dez. 2018.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*, v. 1. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2018.

GOLIOT-LETÉ, Anne et al. *Dicionário de imagem*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2011.

HAUSER, Beatriz. *Precariedade e performatividade: introdução ao pensamento de Judith Butler*. Sevilla: Estaleiro Editora, 2015.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2018b.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2017.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Teoria crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Editora, 1998.